



1. ÍNDICE

1.	Índice	2
2.	SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	3
3.	mensagem do presidente	5
4.	apresentação da empresa	6
4.1.	BREVE HISTORIAL	6
4.2.	Estrutura Acionista	7
4.3.	Órgãos Sociais	7
5.	missão e posicionamento estratégico	8
5.1.	MISSÃO	8
5.2.	VISÃO	8
5.3.	VALORES	8
5.4.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	8
6.	síntese da atividade em 2020	10
6.1.	ENVOLVENTE EXTERIOR	10
	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	10
	ENQUADRAMENTO DO SETOR 2020	12
	ENQUADRAMENTO LOCAL	16
	Recursos Humanos	19
	Regras Societárias	20
	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2020	20
	Factos Relevantes	20
	Desempenho do Sistema	21
	ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA	28
	Análise de Gastos e Rendimentos	28
	Análise do Balanço	30
	Indicadores	31
7.	perspetivas para o futuro	32
8.	considerações finais	33
9.	outras informações	34
10.	proposta de aplicação de resultados	35
11.	contas do exercício de 2020 e respetivo anexo	36

2. SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

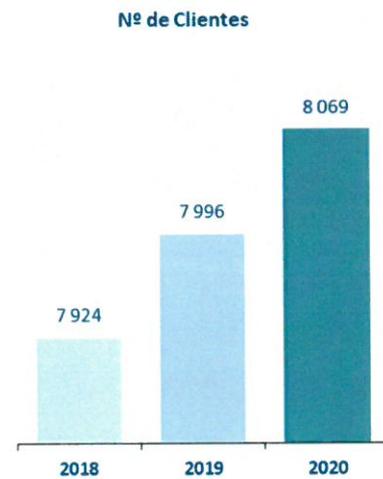
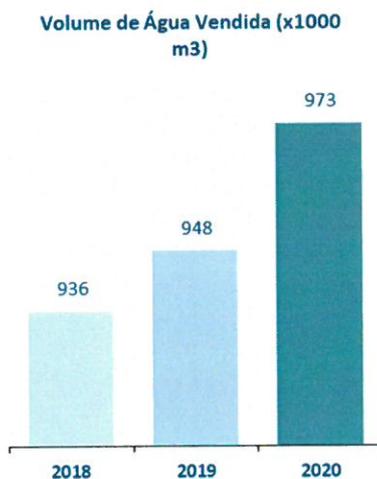
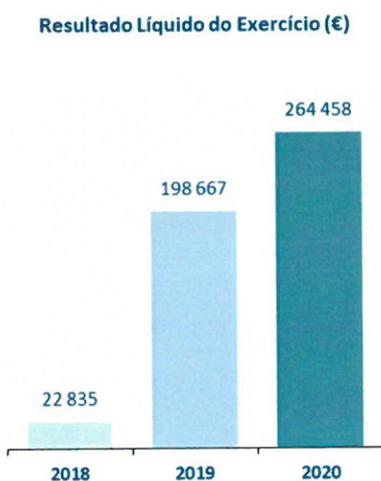
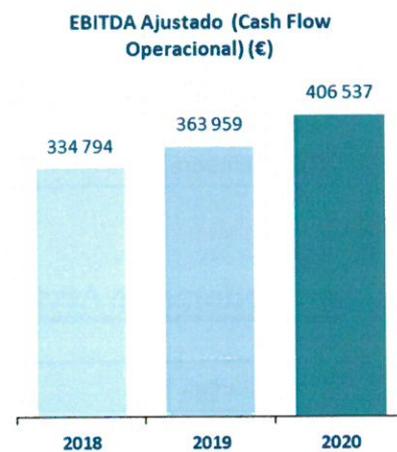
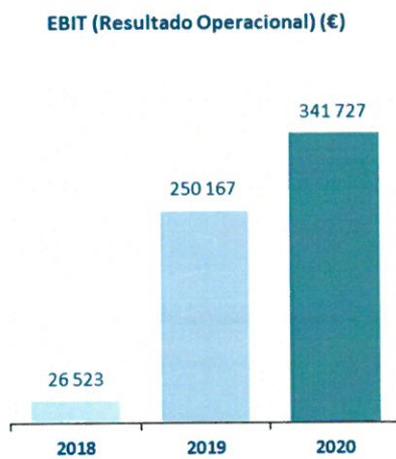
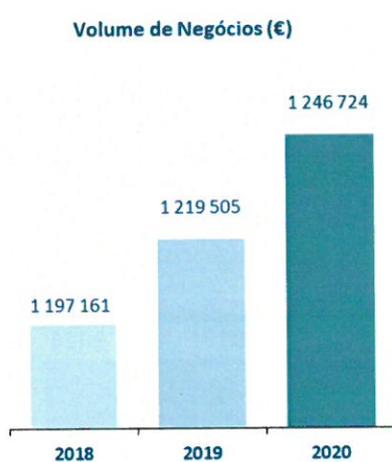
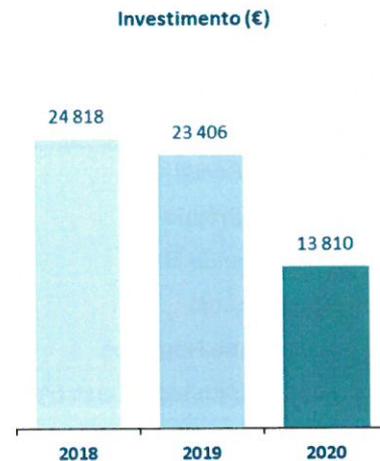
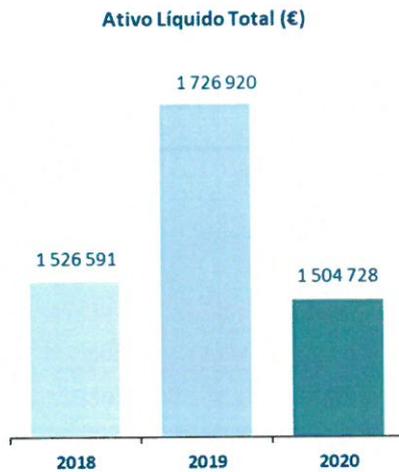
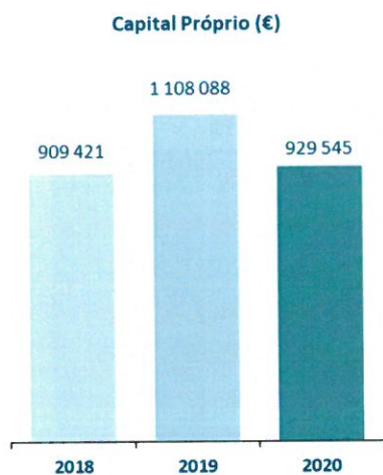
Indicadores Financeiros

		2018	2019	2020
Capital Social	Eur	625 000	625 000	625 000
Capital Próprio	Eur	909 421	1 108 088	929 545
Ativo Líquido Total	Eur	1 526 591	1 726 920	1 504 728
Investimento	Eur	24 818	23 406	13 810
Volume de Negócios	Eur	1 197 161	1 219 505	1 246 724
EBITDA Ajustado (<i>Cash Flow</i> Operacional)	Eur	334 794	363 959	406 537
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	26 523	250 167	341 727
Resultados Antes de Impostos	Eur	29 884	256 011	340 575
Resultado Líquido do Exercício	Eur	22 835	198 667	264 458
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	2,51%	17,93%	28,45%
Rentabilidade do Ativo	%	1,50%	11,50%	17,58%
Autonomia Financeira	%	59,57%	64,17%	61,77%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	14	12	12

Indicadores de Atividade

		2018	2019	2020
Nº de Clientes	nº	7 924	7 996	8 069
Nº de Municípios Abastecidos	nº	1	1	1
Área Geográfica Abrangida	Km2	100	100	100
População Residente na Área Abrangida	nº	15 805	15 805	15 805
População Servida	nº	15 647	15 647	15 647
Volume de Água Disponível (I)	(10 ³ m3)	1 206	1 174	1 157
Volume de Água Vendida	(10 ³ m3)	936	948	973

(I) Produzida + Comprada. Em 2019 a água comprada corresponde a 24% da água disponível



3. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Após a declaração de Pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, o Governo Português aprovou ainda em março um conjunto de medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus — COVID -19, e decretou o estado de emergência para o País.

A partir desse momento toda a atividade do País ficou direta ou indiretamente afetada por esta situação, a Águas do Lena não foi exceção, durante o ano de 2020 a sua operação foi marcada pela conjuntura de emergência de saúde pública.

As medidas extraordinárias adoptadas pelo Governo prolongaram-se, implicando níveis de restrição e de adaptação diferenciados, ao longo de todo o ano.

Para responder a este cenário de epidemia pelo novo coronavírus, a Águas do Lena elaborou um Plano de Contingência, tendo como princípios:

- Salvar a saúde dos seus colaboradores;
- Limitar o contágio nas suas instalações;
- Preservar a continuidade da atividade, nomeadamente o abastecimento de água em quantidade e qualidade, assegurando a manutenção dos serviços mínimos;
- Envolver as Entidades oficiais, que possam garantir o apoio na resolução da situação de crise;
- Envolver as Entidades que se encontram na cadeia de valor do serviço prestado pela empresa;
- Gerir a informação, interna e externamente, de modo claro e concreto.

O ano decorreu de forma completamente atípica, envolto em grande ansiedade generalizada e com todas as alterações de hábitos que surgiram com o novo normal resultante da pandemia. A Águas do Lena conseguiu garantir sempre a continuidade da sua atividade, cumprir os objectivos de melhoria de infraestruturas a que se propôs e salvar a manutenção de um dos melhores níveis de serviço a nível nacional.

Mantemos a convicção no nosso trabalho e capacidade de fazer bem, procurando trabalhar sempre em conjunto com o Município e demais entidades relacionadas, com o objectivo principal da melhoria contínua do serviço prestado aos nossos clientes.

O Presidente do Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira

4. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

4.1. BREVE HISTORIAL

A Águas do Lena, S.A. foi constituída em 1996 na sequência do Concurso Público Internacional para a Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha.

O contrato de concessão foi assinado a 24 de janeiro de 1997 em regime de concessão exclusiva por um período de vigência de 15 anos.

A 29 de dezembro de 2010 foi assinado o 1º aditamento ao contrato de “Concessão da Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água do Concelho da Batalha” com extensão do período da concessão por mais 8 anos a contar do dia seguinte ao término do período do contrato inicial (23/01/2012). Com o referido aditamento a concessão passou a um período de vigência de 23 anos que culminou no dia 23/01/2020.

No dia 13 de janeiro de 2019 ocorreu a prorrogação do contrato de concessão por mais 6 meses, tendo por termo inicial dia 24 de janeiro de 2020. O período de prorrogação é prolongado por períodos adicionais de um mês, se tal se revelar necessário para garantir o início do novo contrato de concessão.

Em 2020 a Águas do Lena S.A., completou com grande orgulho 23 anos de existência dedicado ao serviço público na sua vertente ambiental de distribuição de água para consumo humano.

Desde o início da concessão a Águas do Lena, S.A. tem vindo a cumprir integralmente as suas obrigações decorrentes deste contrato, no interesse e satisfação do Concedente, da Câmara Municipal da Batalha, e dos Municípios a quem presta a seu serviço.





4.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas do Lena é uma empresa com um capital de 625.000 euros, detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A. A empresa está inscrita na Conservatória do Registo Comercial da Batalha com o NIP 503778559 e tem sede em Lote 10 Célula B – 2440 Batalha.

4.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração:

Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;

José António Ferreira dos Santos – Vogal;

Joaquim de Jesus Carmo Gomes – Vogal.

Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. representado por

Dr. Paulo Jorge Luís da Silva

Suplente do Fiscal Único: Dr. Luis Miguel Gonçalves Rosado.





5. MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

5.1. MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água de forma eficiente, garantindo a quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

5.2. VISÃO

Representar a Aquapor na região, dando à marca Águas do Lena uma conotação de prestígio, confiança e preservação ambiental.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes na qualidade de água fornecida e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

5.3. VALORES

A Águas do Lena pretende manter uma cultura própria - transversal ao grupo Aquapor - através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Responsabilidade Social;
- Estabilidade e Qualidade no Serviço.

5.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global

- Garantir a satisfação de todos os Stakeholders;
- Concedente: cumprimento integral do contrato e manter o relacionamento institucional;
- Clientes: garantir o fornecimento do produto “água” em qualidade e quantidade;
- Fornecedores: garantir boas relações comerciais e institucionais;
- Colaboradores: garantir a implementação da cultura da empresa;
- Estado: cumprir com toda a legislação e regulação da atividade do negócio;
- Acionista: garantir resultado líquido satisfazendo o investimento. 5



Recursos Humanos

- Motivar, envolver e dinamizar cada colaborador na concretização de um projeto que é de todos;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação;
- Assegurar o cumprimento do regulamento de Prevenção e Controlo de problemas relacionados com o consumo excessivo de álcool;
- Promover e implementar boas práticas a nível da segurança e saúde no trabalho, assegurando o cumprimento da legislação em vigor;
- Desenvolver uma cultura de mérito nos colaboradores, através de um sistema de avaliação de desempenho, que potencia a sua responsabilização nos resultados obtidos, através de objetivos alinhados com os objetivos estratégicos da empresa.

Área Técnica

- Melhorar as condições de distribuição de água ao Concelho, com investimentos ao nível do Sistema de Abastecimento;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Reduzir as perdas na rede de água;
- Aumentar a eficiência hídrica e energética;
- Manter os níveis de qualidade da água distribuída na torneira do consumidor.

Área Comercial

- Promover a excelência na qualidade dos serviços prestados aos clientes finais e ao Município da Batalha;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado;
- Aumentar a confiança dos clientes nos serviços assegurados pela empresa.

Área Financeira

- Maximizar a criação do valor;
- Maximizar os rendimentos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura;
- Minimizar os custos operacionais;
- Maximizar a liquidez da empresa.

6. SÍNTESE DA ATIVIDADE EM 2020

6.1. ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Geral

Em 2020 verificou-se uma quebra acentuada da atividade económica mundial que, de acordo com a Comissão Europeia, andar­á em torno dos -3,5 % (+2,9 % em 2019). Esta redução do produto interno bruto (PIB) só encontra paralelo na Grande Depressão de 1929, sendo extensível a todas as economias avançadas e a um conjunto alargado de países emergentes e em desenvolvimento, com um abrandamento expressivo da Ásia. A queda acentuada da atividade económica reflete o impacto da pandemia da doença COVID-19, mais concretamente a redução da atividade da indústria/comércio/serviços; a deterioração do mercado de trabalho e a maior instabilidade dos mercados financeiros internacionais,

Num contexto de uma política monetária mais expansionista, de regresso aos estímulos monetários não convencionais do Banco Central Europeu e do lançamento de vários programas de injeções extraordinárias de liquidez, prevê-se que as taxas de juro de curto prazo se mantenham em valores historicamente baixos durante um período prolongado.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2018	2019	2020
Euribor 1M	-0,37%	-0,40%	-0,50%
Euribor 3M	-0,32%	-0,35%	-0,42%
Euribor 6M	-0,27%	-0,30%	-0,34%
Euribor 12M	-0,18%	-0,21%	-0,30%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)

O preço do petróleo situou-se em torno dos 39 dólares o preço do barril em 2020, representando pouco mais de 60% do valor registado em 2019 (64 dólares) devido à fraca procura associada à pandemia da doença COVID-19.

Portugal

Contração da economia portuguesa em resultado do choque económico provocado pela pandemia da doença COVID-19 e das medidas de contenção implementadas. Neste contexto, a taxa de variação real do PIB para 8,1 %.

A pandemia teve um efeito negativo na procura externa relevante para as exportações portuguesas em 2020, prevendo-se uma redução de 20,1 % nas exportações, após registar-se um crescimento de 3,5 % em 2019.

Parte deste efeito reflete uma redução nas exportações de serviços do setor do turismo, onde o impacto da pandemia foi particularmente severo.

O consumo privado reduziu em 6,8 %, após registar um crescimento de 2,4 % em 2019. A redução, que é mais acentuada na componente de bens duradouros, reflete a diminuição do rendimento disponível das famílias.

As importações de bens e serviços caiu 14,4 %, em linha com a evolução da procura global.

No mercado de trabalho, verifica-se um aumento da taxa de desemprego de 7,2 % (6,5 % em 2019).

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), regista uma variação média nula, após registar um crescimento de 0,3% em 2019.

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em -0,2%, (redução de 0.5p.p. face ao ano de 2019).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2018	2019	2020
PIB	2,4%	2,2%	-8,1%
IPC	1,0%	0,3%	0,0%
IHPC	1,2%	0,3%	-0,2%
Desemprego	7,0%	6,5%	7,2%
Consumo Privado*	3,1%	2,4%	-6,8%
Consumo Público*	0,9%	0,7%	0,4%
Exportações*	3,8%	3,5%	-20,1%
Importações*	5,8%	4,7%	-14,4%

Fonte: Banco de Portugal e INE (Nova Série - Base 2016)

* Dados Dezembro de 2020

A evolução das tarifas de energia elétrica de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra uma redução generalizada:

	2018	2019	2020
Média Tensão	167	167	161
Baixa Tensão Especial	181	182	176
Baixa Tensão Normal	151	146	142

Fonte: ERSE;

ENQUADRAMENTO DO SETOR 2020

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 420 entidades gestoras, das quais 267 com atividade de abastecimento público de água, excluindo-se cerca de 48 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 269 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 275 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2020), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	5	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	2	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
TOTAL	18	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2020

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 307 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 3 milhões de habitantes e 186 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 22 concelhos, as concessões municipais com cerca de 1,9 milhões de habitantes e 32 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 190 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 21 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	27	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	18
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	48	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	19	8
Serviços Municipais	185	190	225
TOTAL	307	257	253

Fonte: ERSAR, RASARP, 2020

No que se refere à **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP, 2020), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	95%	Área mediantemente urbana	84%
Área predominantemente rural	93%	Área predominantemente rural	72%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2020

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 27 concessões existentes, a Aquapor detém 11, representando 43,3 % em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

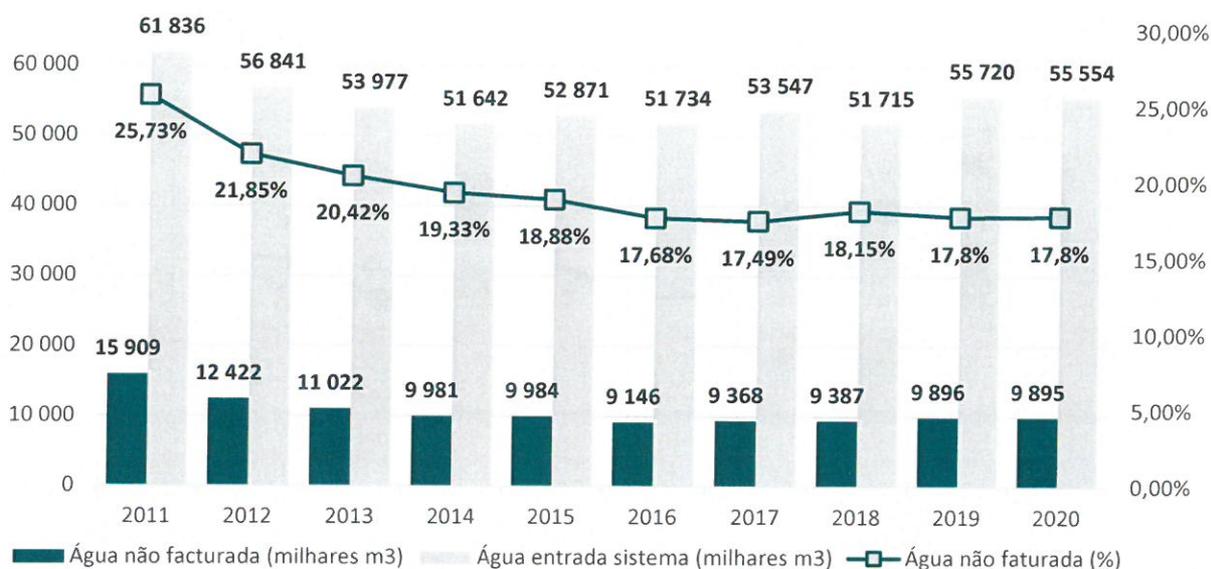
Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m ³)	Água não faturada (%)
GRUPO AQUAPOR	11	406	54 551	17,7
Concessões Municipais	27	937	106 199	17,9
País	256	5 594	824 465	28,8

Fonte: ERSAR, RASARP, 2020

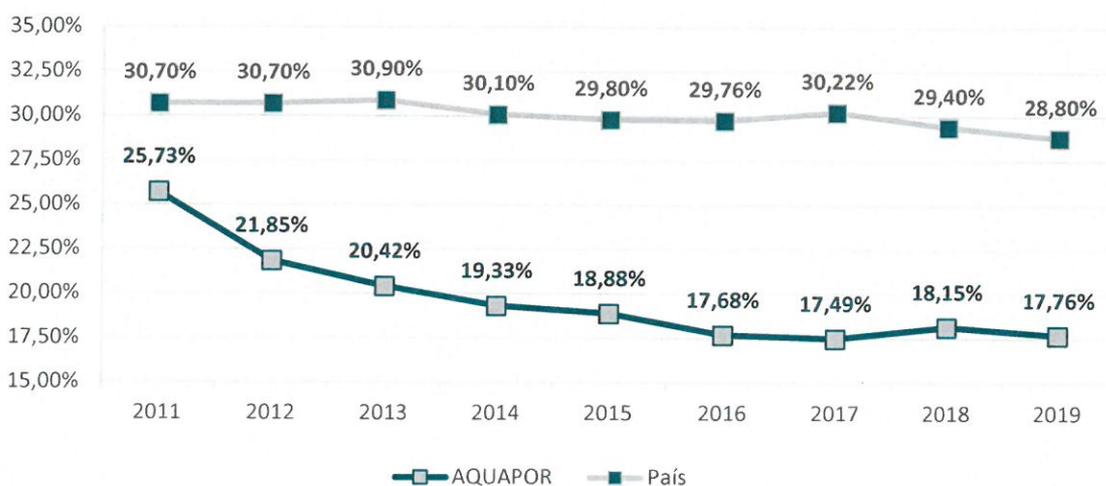
Quanto a **água não faturada**, segundo o RASARP 2020, a média continental foi de 28,8% referente ao ano de 2019, enquanto a média do Grupo Aquapor foi de 17,7 % no mesmo período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2020, em que o nível de água não faturada foi de 17,8%.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720	55 554
Água não faturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896	9 895
Água não faturada (%)	25,73%	21,85%	20,42%	19,33%	18,88%	17,68%	17,49%	18,15%	17,76%	17,81%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536	401 642	403 810

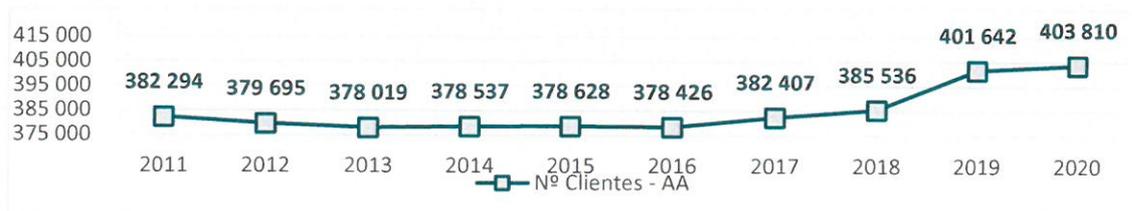
(*) Valores em milhares m³



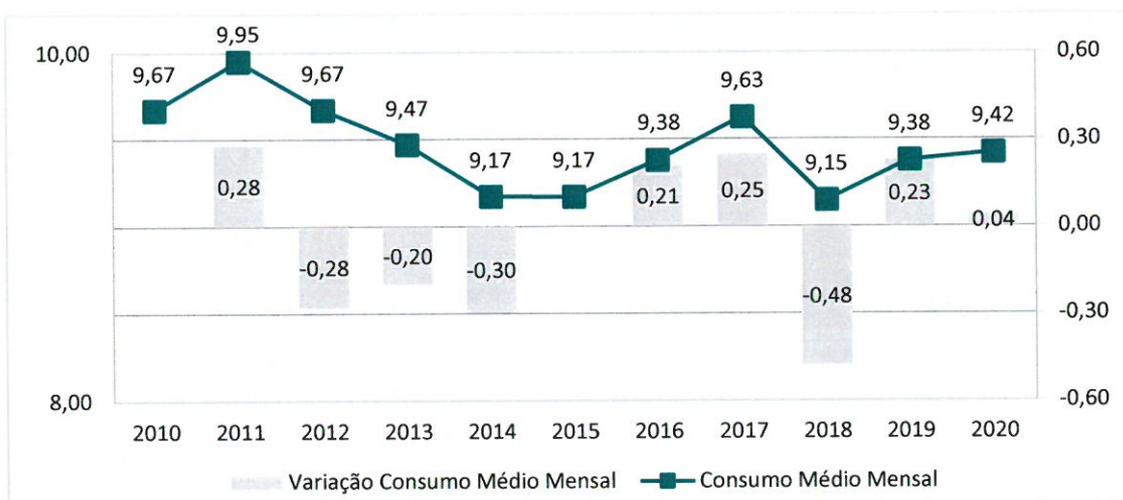
Comparando a evolução da água não facturada com a média do País dos últimos anos:



No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução do número de clientes registada nos últimos anos, sendo de notar o aumento significativo do ano de 2019 associado ao arranque da Águas de Vila Real de Santo António.



Quanto ao **consumo**, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um acréscimo de 0,04 m³/Cliente/mês, situando-se em 9,42 m³/Cliente/mês:



ENQUADRAMENTO LOCAL

Fundado em 18 de março do ano 1500, o Município da Batalha ocupa uma área cerca de 104 km², sendo limitado a norte e oeste por Leiria a Leste por Ourém, a sueste por Alcanena e a sudoeste por Porto Mós.

No município da Batalha a população é agora de 15.805 habitantes, o que representa um incremento de cerca de 5,4% face a 2001.

No mesmo período, o número de alojamentos aumentou em 1509, existindo agora um total de 8.335 fogos.

A Águas do Lena é Concessionária por um período de 23 anos, em regime de exclusividade do sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha.

A concessão de abastecimento de água potável tem uma cobertura de serviço de cerca de 100%, servindo um município com cerca de 16 mil habitantes com grande dispersão geográfica.

O segmento mais importante da nossa atividade situa-se no consumidor doméstico (77% de água faturada em baixa), sendo o seu perfil de consumos ao longo do ano mais ou menos uniforme, com um consumo médio diário de 109,2 L/hab.

A implantação comercial e industrial tem um peso de 9% no número de contratos e 12% no volume de água vendida, correspondendo ao segundo segmento mais importante da nossa atividade.

As origens de abastecimento de água do sistema são do tipo Subterrâneas e Superficiais. O abastecimento à região do planalto de S. Mamede é assegurado pelo fornecimento em alta (tipo superficial) a partir da EPAL, sendo o restante município abastecido a partir de captações subterrâneas do próprio sistema

É também fornecida água em alta ao Município de Porto Mós a partir do sistema de captação da zona dos Pinheiros que representa 15,2 % da água faturada.



A água fornecida à população apresenta um excelente padrão da qualidade, tendo-se registado uma percentagem de cumprimento de valores paramétricos de 99,5% relativo ao número de análises regulamentares.

As infraestruturas, assim como a rede de abastecimento são antigas, carecendo de investimentos que se encontram previstos no âmbito do plano de investimentos bianual fornecido pela Concessionária à Concedente. A concessionária tem, no entanto, vindo a fazer um esforço na sua modernização ao nível dos grupos de elevação, manutenção e renovação dos reservatórios, estações elevatórias e edifícios de apoio.

Regulação

A atividade desenvolvida no âmbito da concessão da exploração do sistema de abastecimento de água do concelho da Batalha está regulada por:

- **Contrato de Concessão**, celebrado entre esta e a Concedente – Câmara Municipal da Batalha – na sequência de Concurso Público Internacional para a Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha.
- O **Regulamento Municipal** do Sistema Público e Predial de Distribuição de Água do Concelho da Batalha que estabelece e define as regras e condições a que deve obedecer o sistema de distribuição público e predial de água do concelho da Batalha, de forma que seja assegurado o seu bom funcionamento, preservando-se a segurança e saúde pública, bem como as relações entre a Câmara Municipal da Batalha, a concessionária e os clientes.

Com a entrada em vigor do Decreto – Lei nº 194/2009 de 20 de agosto e a Portaria nº34/2011 de 13 de janeiro este regulamento foi revisto à Luz dos referidos diplomas, parecer da entidade reguladora ERSAR e apreciação da Concedente. A sua entrada em vigor encontra-se pendente da adaptação do contrato ao referido decreto – lei.

- O **Tarifário de Abastecimento de Água**, que constitui outro instrumento de regulação da atividade, é revisto com uma periodicidade anual com base na fórmula de revisão de preços constante no contrato e entra em vigor após a sua aprovação pela Câmara Municipal da Batalha, sendo igualmente remetido à entidade reguladora ERSAR.

- Pela **Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, (ERSAR)**, entidade reguladora de todos os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e a autoridade competente para a qualidade de água para consumo humano.

Esta entidade realiza anualmente o ciclo de avaliação de desempenho das entidades gestoras, que decorre com o envio dos dados até 31 de março, posterior auditoria da ERSAR e validação final após contraditório. Em 2020 a ERSAR deu continuidade à avaliação de desempenho referente ao ano de 2019, que é publicamente divulgada pela ERSAR através o RASARP.

Com uma periodicidade anual, a Águas do Lena, enquanto entidade de Gestora, tem a responsabilidade de submeter em setembro de cada ano à aprovação da ERSAR os Planos de Controlo da Qualidade da Água para o ano seguinte relativo ao fornecimento em alta e em baixa.

- **Autoridade Concelhia de Saúde.** A atuação desta entidade abrange a atividade da concessão, através da vigilância sanitária da qualidade da água fornecida pela Águas do Lena, que é feita de modo regular ao longo do ano. Para além dos ensaios realizados à água distribuída à população, a autoridade de saúde reúne-se periodicamente com a Águas do Lena.

- **Agência Portuguesa do Ambiente**– Entidade que supervisiona a gestão dos recursos hídricos. Com uma periodicidade anual a Águas do Lena tem a responsabilidade de reportar o volume de água captado no ano anterior e o os resíduos produzidos no âmbito da atividade.



Para além das entidades anteriormente referidas, a atividade da empresa é também demarcada por contratos existentes com os seus clientes, de distribuição em “baixa” e em “alta” (Município de Porto de Mós), e fornecedores, assim como pela sua política de valores técnicos, ambientais e de responsabilidade social.

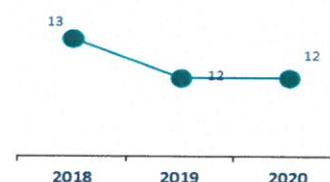
RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2020 a empresa tinha 12 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Colaboradores

	2018	2019	2020	Var. %
Contrato sem Termo	12	11	11	0%
Contrato Termo Certo	2	1	1	0%
Total	13	12	12	0%

Evolução nº Colaboradores



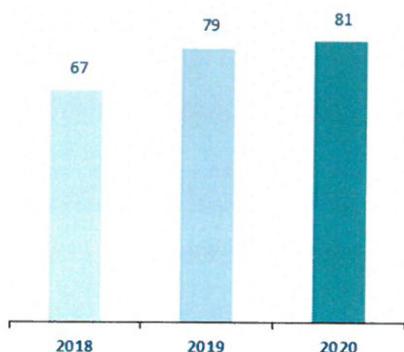
Saídas e Admissões

	2018	2019	2020	Var. %
Admissões	1	1	2	100%
Saídas	0	3	2	-33%
Total	1	(2)	0	

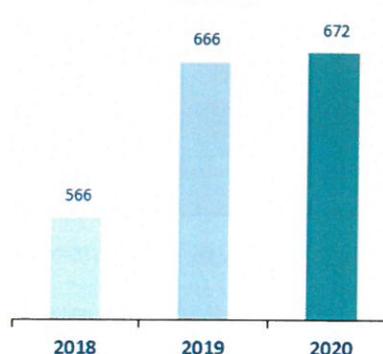
O número de colaboradores manteve-se em relação ao ano anterior, registando-se duas admissões e duas saídas.

Em termos de eficiência dos recursos humanos verifica-se de 2019 para 2020, um aumento ao nível dos m3 vendidos por n.º de colaborador e igualmente um aumento do rácio nº de colaboradores por cada 1000 clientes.

m3 vendidos por colaborador



nº colaboradores por 1000 clientes





REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne mensalmente. A gestão corrente da sociedade é realizada por um Administrador Executivo.

As regras definidas pela AQUAPOR, através das comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2020

FACTOS RELEVANTES

A **Águas do Lena** completou em 2020, **23 anos** de serviço público no concelho da Batalha.

Ao nível do desempenho da empresa salienta-se os ganhos de **eficiência hídrica**, em que se registou o melhor resultado desde o início da concessão, com uma percentagem de água não faturada de 15,9%.

No domínio da **gestão de infraestruturas**, a Águas do Lena procedeu a intervenções de reabilitação e beneficiação de reservatórios e estações elevatórias, instalação/substituição da válvula de seccionamento e ventosas na rede de abastecimento, revisão de redutoras de pressão, renovação de ramais de água e modelação de pressões na rede.



Edifício hidropressor Cividade – Antes e após a intervenção



A empresa deu continuidade à sua política de renovação do parque de contadores através de ações de fiscalização ao estado de funcionamento dos mesmos de forma a identificar mais atempadamente contadores que não estejam em perfeitas condições de funcionamento.

Para além das ações desenvolvidas na área técnico-operacional é de destacar, no âmbito da área técnico-comercial, a implementação de um Call Center. Com um novo número de apoio ao cliente, a Águas do Lena concentra num único número o acesso ao tratamento de vários assuntos.

Através do Número de Apoio ao Cliente, com maior comodidade para os Clientes, pode ser comunicada a leitura do contador de água, dar início ao pedido de novo contrato de fornecimento de água, tratar de conteúdos relacionados com faturação e cobrança, bem como comunicar ou saber o ponto de situação de avarias ou falhas de abastecimento.

Em termos de gestão clientes, destaca-se a percentagem de clientes com **adesão à fatura eletrónica** de 26,8% registando um crescimento de 7,9 p.p. e um aumento no volume de água faturada de 2,8%, face ao ano anterior.

DESEMPENHO DO SISTEMA

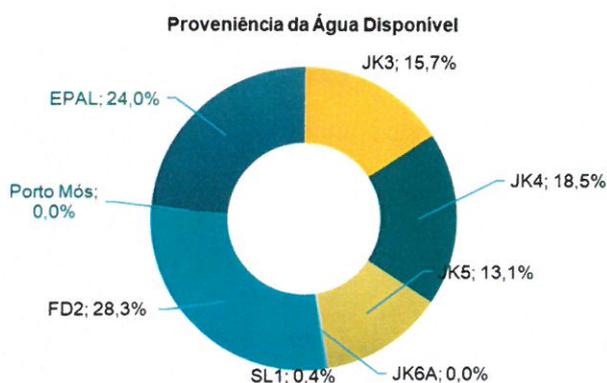
O volume de água aduzida ao sistema de abastecimento registou o valor de 1 156 920 m³, verificando-se uma redução de 1,5% comparativamente com o ano de 2019.

Em termos de produção de água verificou-se uma redução de 2,7% em relação ao ano de 2019 e ao nível da compra de água registou-se um incremento de 2,3% em igual período.

A percentagem de água não faturada representou cerca de 15,9 % do volume total de água aduzido ao sistema, o que se traduziu numa redução de 3,4 p.p. face ao ano de 2019 (de 19,3 % para 15,9 %).

Nos gráficos seguintes são apresentadas as contribuições percentuais de cada origem, seja captada ou adquirida a terceiros.

Ano 2019:

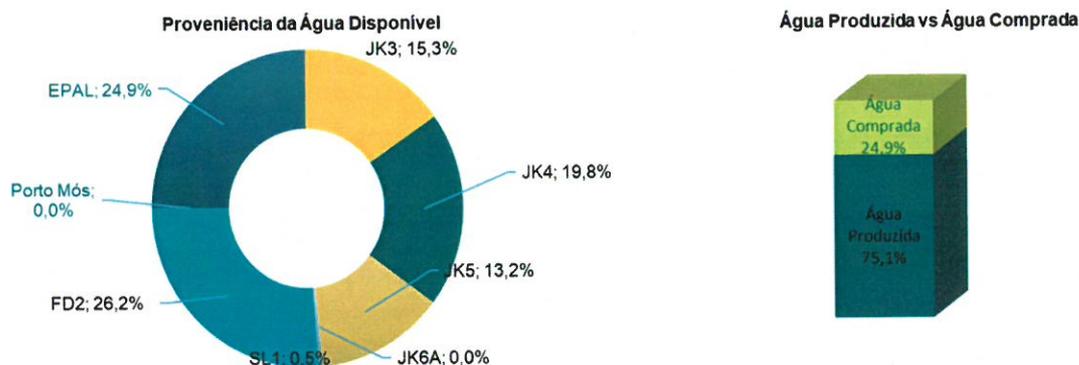


Água Produzida vs Água Comprada





Ano 2020:



Ao nível do volume de venda de água registamos um incremento de 2,8% face ao ano de 2019.

Gestão dos Ativos

Para assegurar o rendimento da rede e o desenvolvimento do sistema de abastecimento, e globalmente a qualidade do serviço, no decorrer de 2020 foram promovidas diversas intervenções nas vertentes técnico-operacional, económico-financeira, comercial e organizacional.

Na vertente técnica – operacional destacam-se a gestão da água aduzida ao sistema no sentido de assegurar o consumo dos caudais mínimos estabelecidos contratualmente, bem como os investimentos realizados pela Águas do Lena, na rede de abastecimento ao nível da modelação da pressão na rede, pela instalação de andares de redução de pressão, sectorização da mesma pela instalação de válvulas de seccionamento e beneficiação de infraestruturas.

Em termos de **roturas na rede de abastecimento**, em 2020 registaram-se 148 com maior incidência em ramais de água. Comparativamente com o ano anterior, em 2019 verificou-se sensivelmente o mesmo número de ocorrências.

A **renovação de ramais** representou cerca de 0,4% do número totais de ramais do sistema de abastecimento.

O **parque de contadores** foi renovado em cerca de 2,2 % do total de contadores instalados o que corresponde a 175 substituições de contadores.

Perdas de Água

Em 2020 registou-se uma percentagem de perdas de água de 15,9% que face a 2019 (19,3%) traduziu-se numa redução de 3,4 p.p. Contudo ao longo do ano deu-se continuidade a um conjunto de ações iniciadas em 2015 que incidiram essencialmente em:

- Determinação da percentagem de perdas por áreas com base na água faturada;
- Monitorização de consumos noturnos, onde a percentagem de perdas de água assume valores mais relevantes;
- Campanha de deteção de roturas na rede de abastecimento que incidiram em 12 localidades do Concelho;

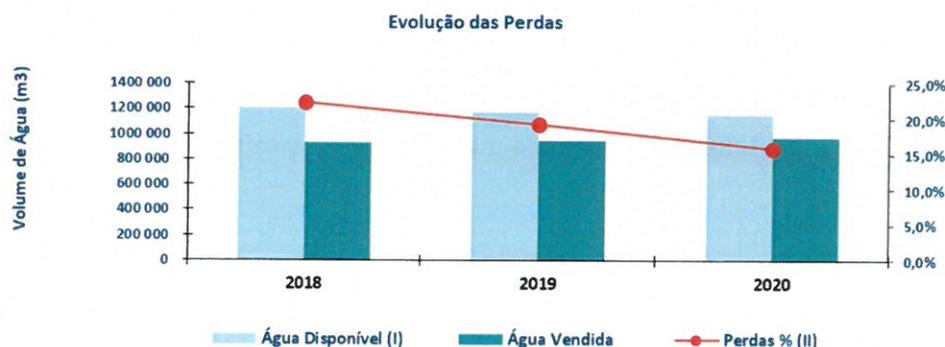
- Instalação válvulas de seccionamento para uma melhor sectorização da rede;
- Instalação de VRP para regularizar a pressão na rede;
- Instalação de ventosas ao longo da rede;
- Renovação parcial do parque de contadores;
- Reforço das ações de fiscalização com especial incidência nos clientes com consumo zero;
- Monitorização mensal dos Maiores consumidores.

Volume de Água (m³)

	2018	2019	2020	Var. %
Água Disponível (I)	1 206 390	1 174 454	1 156 920	-1,5%
Água Vendida	936 364	948 157	973 042	2,6%
Perdas % (II)	22,4%	19,3%	15,9%	-3,37 p.p.

(I) Produzida + Comprada (em 2019 a água comprada corresponde a cerca de 24%)

(II) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional



Qualidade da Água para Consumo Humano

A Qualidade da Água continua a ser um ponto com um excelente padrão de qualidade no concelho da Batalha, verificando-se total cumprimento dos valores paramétricos obrigatórios estabelecidos na legislação correspondendo a 99,5% de água segura, na Entidade Gestora em Baixa e Alta.

A atividade de monitorização da qualidade da água desenvolveu-se de acordo com o programa de controlo de qualidade da água (PCQA), que compreende a vertente do controlo legal como entidade gestora em Baixa e Alta, anualmente aprovada pela ERSAR, e a vertente de controlo operacional.

O programa de controlo da qualidade da água (Entidade Gestora em Baixa e alta) estabelecido de acordo com o Decreto-Lei n.º 152/2017 de 7 de dezembro foi totalmente cumprido mediante a realização de 54 controlos de rotina I, 22 controlos de rotina II e 5 Controlos de inspeção.

Em termos de resultados analíticos, em 2020 registaram-se 3 incumprimentos no controlo analítico realizado, num total de 636 determinações regulamentares efetuadas em 50 pontos de amostragem. Estes incumprimentos não foram comprovados através das análises de verificação, tratando-se de uma situação pontual e sem implicações para a saúde pública.



Numa vertente complementar foi desenvolvido um programa de controlo operacional, com o objetivo de rastrear a qualidade da água de modo mais abrangente, permitindo assim atuar de modo preventivo no processo de controlo da qualidade da água, promovendo a melhoria contínua.

Foram assim realizados um conjunto de ensaios, que permitiram, otimizar o doseamento do agente desinfetante e avaliar a qualidade da água na etapa de armazenamento.

O controlo operacional envolveu a realização de controlos de rotina I em 28 reservatório do sistema, medições de teor de cloro ao longo da rede e nos pontos de cloragem.

Do controlo analítico realizado aos reservatórios do sistema registaram-se 96 determinações, tendo-se obtido resultados de acordo com os VMA'S estabelecidos na legislação em vigor. Das medições de campo realizadas ao cloro residual registaram-se 53 medições.

Em 2020 a Águas do Lena deu conhecimento público, nos termos legais, dos resultados das análises efetuadas para o controlo da qualidade da água fornecida, através da página da Internet. Procedeu-se igualmente à divulgação dos resultados analíticos junto da Entidade de Saúde Local e da entidade Concedente Câmara Municipal da Batalha. Foram igualmente enviados com uma periodicidade mensal os relatórios de ensaio a cada um dos clientes selecionados, no âmbito do PCQA.

Anualmente até 31 de março do ano seguinte, os resultados da qualidade da água são igualmente fornecidos à Entidade reguladora, ERSAR, a qual procede à sua divulgação nacional, sob a forma de Relatório Anual (RASARP).

Apresenta-se seguidamente uma síntese dos dados da qualidade da água referente a 2020.

População Abrangida	15 805
População Servida	15 647
Nº de análises regulamentares	636
Nº de análises - controlo operacional	149
% de análises em falta	0,0%
% de análises em incumprimento	0,47%

Área Comercial

Cientes

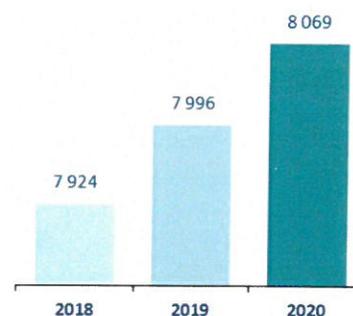
Em 2020 registou-se um incremento da adesão ao serviço de 73 clientes face ao ano anterior, tendo-se atingido a 31 de dezembro 2020, um total de 8 069 utilizadores, com 417 novos contratos e 344 contratos denunciados.

Nos quadros seguintes apresenta-se a variação do número de clientes ao longo dos três últimos anos.

Cientes

	2018	2019	2020
Total de Clientes	7 924	7 996	8 069

Número de Clientes



Este incremento, justifica-se provavelmente pelo facto de o concelho da Batalha apresentar alguma oferta a nível de emprego e do mercado imobiliário de arrendamento e de ser um concelho apelativo para a fixação de novos habitantes, face aos concelhos vizinhos.

Refira-se ainda que, foram realizadas 247 suspensões de fornecimento e 30 rescisões unilaterais, correspondentes à falta de regularização de dívida de clientes.

Volume de Negócios

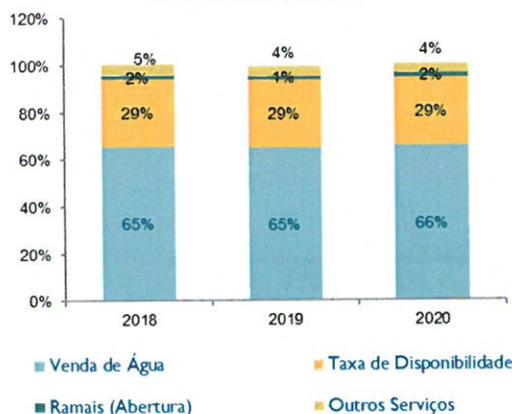
Em 2020 a concessionária atingiu um volume de negócios de 1.246.724€ que representa um incremento cerca de 2% face ao ano anterior.

Vendas e Prestações de Serviços

	2018	2019	2020	Var. %
Venda de Água	784 005	793 193	823 277	3,79%
Taxa de Disponibilidade	342 459	353 181	358 969	2%
Total Vendas de Água + Taxa Disp.	1 126 464	1 146 374	1 182 245	3%
Ramais (Abertura)	16 631	21 314	16 143	-24%
Outros Serviços	54 066	51 817	48 336	-7%
Total das Prestações de Serviços	70 697	73 131	64 479	-12%
Total de Volume de Negócios	1 197 161	1 219 505	1 246 724	2%



Volume de Negócios



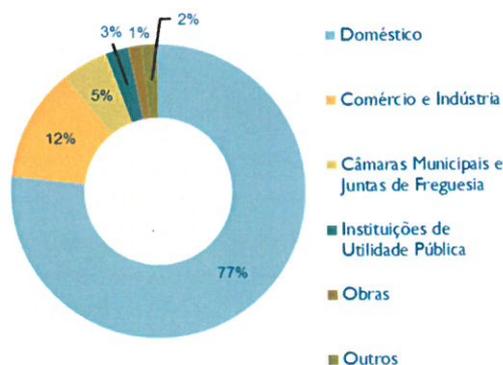
Venda de Água por Tipo de Consumo

Em 2020 a classe doméstica representa o segmento de clientes com maior número de contratos existentes (86%), sendo responsável por 77% do volume de água vendida. A classe comércio e indústria segue-se à classe doméstica que representa 12% do volume de água vendida e 9% dos contratos de fornecimento de água.

Tipo de Cliente

	Volume Vendido (m ³)	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	633 377	77%	852 285	135%	6 947	86%
Comércio e Indústria	103 148	12%	163 450	158%	715	9%
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	42 073	5%	34 188	81%	190	2%
Instituições de Utilidade Pública	20 717	3%	14 875	72%	71	1%
Obras	11 870	1%	40 106	338%	112	1%
Outros	14 260	2%	29 299	205%	31	0%
Água em Baixa	825 445		1 134 202		8 066	
Água em Alta	147 597		48 043		3	
Total	973 042		1 182 245		8 069	

Tipo de Cliente





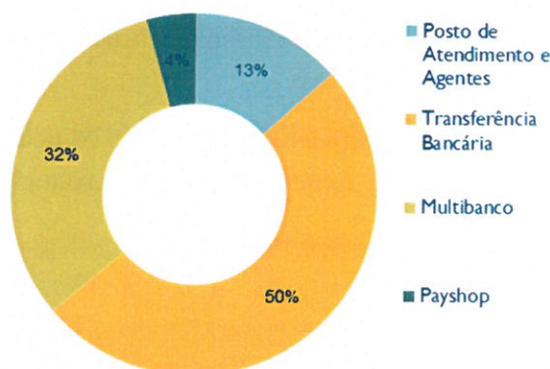
Modalidades de Pagamento

A nível da modalidade de pagamento, em 2020 a modalidade escolhida pela maioria dos clientes centrou-se na transferência bancária e na modalidade de multibanco seguindo-se-lhe a modalidade posto de atendimento. A modalidade de pagamento no posto de atendimento registou um decréscimo de 38% face ao ano anterior fruto do plano de contingência estabelecido pela empresa com o objetivo de promover a contenção da pandemia COVID-19 em que decidiu fechar o atendimento presencial em determinados meses do ano. A modalidade de pagamento com menos adesão PayShop registou uma redução de 20%.

Modalidade de Pagamento

	2018	2019	2020	Var. %
Posto de Atendimento e Agentes	23 766	19 980	12 479	-38%
Transferência Bancária	46 416	46 647	46 942	1%
Multibanco	20 631	21 611	29 666	37%
Payshop	354	5 092	4 056	-20%
Total	94 524	93 330	93 143	

Modalidade de Pagamento



Relações com o Concedente

As relações com a Concedente centraram-se fundamentalmente em assuntos relacionados com o abastecimento de água aos Municípios, nomeadamente no que respeita às melhorias e investimentos no sistema do Concelho, necessários para melhorar a distribuição, em termos de qualidade e quantidade.

Centraram-se igualmente no Reporte anual da atividade desenvolvida ao nível técnico-comercial, operacional e da qualidade da água.



Relações com Outros Interessados no Desempenho da Sociedade

Nas relações com outros interessados no desempenho da comunidade a Águas de Lena, S.A. privilegiou o contacto com diversos agentes com responsabilidades na Sociedade, designadamente com entidades da Administração Pública, Juntas de Freguesia do Concelho (Batalha, Reguengo do Fétal, Golpilheira e São Mamede), com a Autoridades de Saúde Local e Escolas.

Privilegiou igualmente o contacto direto com os clientes, assim como diversas entidades colaboradoras, designadamente entidades bancárias, agentes de cobrança, entre outros.

ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

Nota Introdutória:

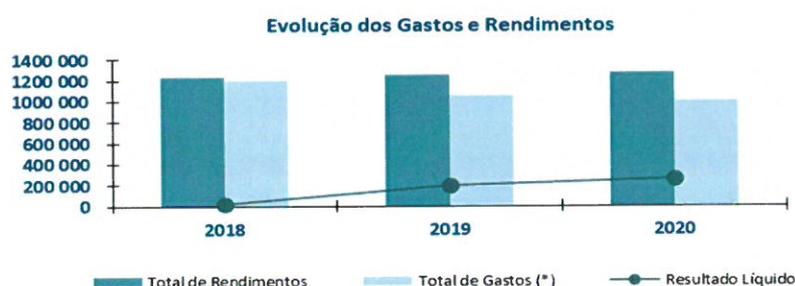
A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas do Lena, S.A., no exercício de 2020, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa gerou, no ano de 2020, um Resultado Líquido positivo de 264.458 euros, que representa um aumento de 65.791 euros face ao ano anterior. Este aumento foi consequência de um aumento da água vendida e redução das amortizações.

O EBITDA Ajustado (*Cash-Flow* Operacional) regista um aumento de 12% pela redução de gastos com pessoal e FSE e o EBIT (Resultado Operacional) regista um aumento de 37% pela redução das amortizações em 2020.



Demonstração dos Resultados

(em euros)

	2018	2019	2020	Var. %
Vendas	1 126 464	1 146 374	1 182 245	3%
Prestações de Serviços	70 697	73 131	64 479	-12%
Volume de Negócios	1 197 161	1 219 505	1 246 724	2%
CMMMC	168 507	184 239	185 334	1%
Fornecimentos e Serviços Externos	452 113	450 708	433 557	-4%
Gastos com o Pessoal	238 489	231 302	222 953	-4%
Outros Resultados Operacionais	(131 708)	5 222	613	-88%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	206 345	358 477	405 494	13%
Amortizações	179 821	108 310	63 767	-41%
Resultado operacional (RO)	26 523	250 167	341 727	37%
Resultados Financeiros	3 360	5 844	(1 152)	120%
Resultados Antes de Impostos	29 884	256 011	340 575	33%
Imposto Sobre o Rendimento	7 048	57 344	76 117	33%
Resultado Líquido do Exercício	22 835	198 667	264 458	33%

Demonstração dos Resultados

(em euros)

	2018	2019	2020	Var. %
EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)	334 794	363 959	406 537	12%
Margem EBITDA Ajustado	31%	30%	33%	9%
EBIT (Resultado Operacional)	26 523	250 167	341 727	37%
Margem EBIT	17%	21%	27%	34%

EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj / Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

O volume de negócios apresenta um aumento de 2% face ao ano anterior, subdividindo-se em:

- Aumento das vendas em 2%: com impacto mais significativos dos clientes “Doméstico” .
- Diminuição de 12% nas prestações de serviços, com maior impacto na abertura de ramais.



ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço	(em euros)			
	2018	2019	2020	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	213 554	128 499	78 542	-39%
Contas a Receber	500 000	500 000	0	
Outros	29 012	27 750	27 993	1%
Total dos Ativos não Correntes	742 566	656 248	106 535	-84%
Contas a Receber	304 297	268 653	309 473	15%
Outros	479 728	802 018	1 088 720	36%
Total dos Ativos Correntes	784 024	1 070 671	1 398 193	31%
Total do Ativo	1 526 590	1 726 920	1 504 728	-13%
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	909 421	1 108 088	929 545	-16%
Financiamentos Obtidos	81 911	44 213	0	
Outros	132 692	122 686	123 019	0%
Total dos Passivos não Correntes	214 603	166 900	123 019	-26%
Financiamentos Obtidos	37 698	37 698	0	
Contas a Pagar	364 868	414 234	452 163	9%
Total dos Passivos Correntes	402 567	451 932	452 163	0%
Total do Passivo	617 170	618 832	575 182	-7%
Total do Capital Próprio e do Passivo	1 526 591	1 726 920	1 504 727	-13%

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2020, o montante de 1,50 milhões de euros, valor inferior em 13% ao registado no final de 2019.

A redução de 84% dos **Ativos não Correntes**, é justificada pelo reembolso de prestações acessórias. Nos **Ativos Correntes** o aumento em 31% resultou pelo aumento das disponibilidades.

O **Capital Próprio** diminuiu pela redução de outros instrumentos de capital.

O total do **Passivo** apresenta no final de 2020 o valor de 575 milhares de euros que revela estabilidade face ao ano de 2019. Esta variação é decorrente da amortização dos financiamentos obtidos ser compensada pelo aumento de contas a pagar.

INDICADORES

A rentabilidade do Capital Próprio aumenta 10.5p.p. e a rentabilidade do Ativo aumenta 6.1p.p. pela proporção de crescimento do Resultado Líquido em relação ao Ativo e Capital Próprio.

Ao nível dos indicadores de Endividamento, Autonomia Financeira e Solvabilidade diminuíram respetivamente 2.4p.p e 17.5p.p.

Indicadores

(em euros)

	2018	2019	2020	Var. %
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	3%	18%	28%	10,5 p.p.
Rentabilidade do Ativo (%)	1%	12%	18%	6,1 p.p.
Autonomia Financeira (%)	60%	64%	62%	-2,4 p.p.
Solvabilidade (%)	147%	179%	162%	-17,5 p.p.



7. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

A expectativa quanto ao futuro da Águas do Lena, está relacionada com a duração do contrato de concessão, sendo que o mesmo, foi objeto de um aditamento por 6 meses com início a 24 de janeiro de 2020 e término a 23 de julho de 2020, com prolongamentos por períodos adicionais de um mês até ao início do novo contrato de concessão a celebrar na sequência do procedimento pré contratual para o efeito, com níveis de desempenho alinhados com as expectativas da Concedente no cumprimento do contrato, dos consumidores na satisfação do serviço prestado e do acionista na remuneração do seu investimento.

Perspetiva-se igualmente que o vigésimo quarto ano de exercício, se caracterize, na generalidade pela melhoria continua em relação aos anos anteriores.

Como objetivos gerais foram estabelecidos:

- Manter/melhorar a qualidade do serviço prestado aos Municípios do Concelho da Batalha, sem prejuízo dos resultados da empresa;
- Melhorar resultado líquido;
- Reduzir as perdas técnicas;
- Reduzir a percentagem da faturação com consumo zero;
- Manter uma qualidade da água de 100%;

Como prioridade na gestão da Águas do Lena, no domínio da área económico – financeira, o expectável será continuar a incidir na contenção de gastos em virtude não ser expectável um aumento de rendimentos face ao término do contrato de concessão.

Na vertente técnica-operacional, constitui prioridade a continuação do programa de perdas de água, com o objetivo de se obter uma percentagem de perdas $\leq 16\%$.

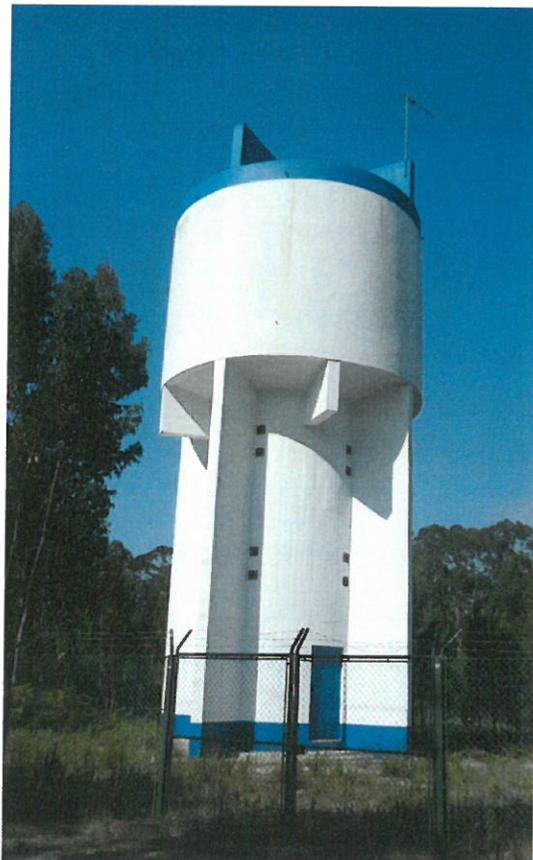
Ao nível da vertente técnico – comercial constitui como principal enfoque a melhoria continua do serviço prestado ao cliente e redução das perdas comerciais.



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2020, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Câmara Municipal da Batalha;
- O Acionista AQUAPOR - Serviços, SA, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- À entidade reguladora, ERSAR, pela sua exigência e contínua atenção no desempenho da empresa;
- Os Trabalhadores de Águas do Lena, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.





9. OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2020;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2020;
- A sociedade não tem sucursais.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2020, no montante de 264.468 euros, tenha a seguinte aplicação:

- Um montante de 13.223 euros, correspondentes a 5% do resultado, para reforço da Reserva Legal;
- A importância de 251.235 euros para Resultados Transitados.

O Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira



José António Ferreira dos Santos



Joaquim de Jesus Carmo Gomes

Batalha, 6 de abril de 2021

11. CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020 E RESPETIVO ANEXO

Águas do Lena, S.A.

BALANÇO

Período findo em 31 de dezembro de 2020

Quantias em Euros

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	11 832	16 684
Ativos Intangíveis	7	66 710	111 814
Participações Financeiras-Método da Equivalência Patrimonial		368	199
Outros Créditos a Receber	13	-	500 000
Ativos por Impostos Diferidos	12	27 625	27 551
		106 535	656 248
Ativo Corrente			
Inventários	9	18 880	20 100
Clientes	13.1	211 823	183 462
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	39 922	20 426
Outros Créditos a Receber	13.2	57 728	64 766
Caixa e Depósitos Bancários	4	1 069 840	781 918
		1 398 193	1 070 671
Total do Ativo		1 504 727	1 726 920
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	13.4	625 000	625 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13.5	2 125 918	2 568 918
Reservas Legais	15.3	39 649	29 716
Resultados Transitados	15.3	(2 125 479)	(2 314 213)
Resultados Líquidos do Período	15.2	264 458	198 667
Total do Capital Próprio		929 545	1 108 088
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	123 019	122 686
Financiamentos Obtidos	13.7	-	44 213
		123 019	166 900
Passivo Corrente			
Fornecedores	13	138 435	123 953
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	87 615	65 293
Financiamentos Obtidos	13.7	-	37 698
Outras Dívidas a Pagar	13.3	226 113	224 987
		452 163	451 932
Total do Passivo		575 182	618 832
Total do Capital Próprio e Passivo		1 504 727	1 726 920

Conselho de Administração





Contabilista Certificado



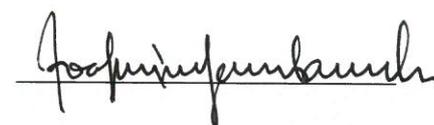
Águas do Lena, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Quantias em Euros

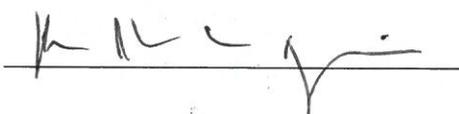
	Notas	31/12/2020	31/12/2019
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	1 246 724	1 219 505
Trabalhos para a Própria Entidade	15.9	4 869	7 578
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(185 334)	(184 239)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.3	(433 557)	(450 708)
Gastos com o Pessoal	14	(222 953)	(231 302)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(711)	(550)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	(333)	6 032
Outros Rendimentos	15.4	10 189	8 129
Outros Gastos	15.5	(13 402)	(15 967)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		405 494	358 477
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.6	(63 767)	(108 310)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		341 727	250 167
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.7	7 540	15 681
Juros e Gastos Similares Suportados	15.8	(8 692)	(9 837)
Resultado antes de Impostos		340 575	256 011
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(76 117)	(57 344)
Resultado Líquido do Período		264 458	198 667

Conselho de Administração





Contabilista Certificado



Águas do Lena, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 Período findo em 31 de Dezembro de 2020

		Quantias em Euros					
		Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
1	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	625 000	2 568 918	28 574	(2 335 907)	22 835	909 421
	APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
	Constituição da Reserva Legal	-	-	1 142	-	-	1 142
	Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	21 694	(22 835)	(1 142)
2				1 142	21 694	(22 835)	
4	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					198 667	198 667
5=3+4	RESULTADO INTEGRAL					198 667	198 667
7=1+2+3+4+6	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	625 000	2 568 918	29 716	(2 314 214)	198 667	1 108 088
7	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	625 000	2 568 918	29 716	(2 314 214)	198 667	1 108 088
	APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
	Constituição da Reserva Legal	-	-	9 933	-	-	-
	Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	188 734	(198 667)	(9 933)
8				9 933	188 734	(198 667)	
10	ALTERAÇÕES NO PERÍODO					264 458	264 458
11=9+10	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					264 458	264 458
	RESULTADO INTEGRAL					-	-
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
	Prestações suplementares	-	(443 000)	-	-	-	(443 000)
12			(443 000)				(443 000)
13=7+8+9+10+12	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	625 000	2 125 918	39 649	(2 125 480)	264 458	929 546

Conselho de Administração




Contabilista Certificado





Águas do Lena, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

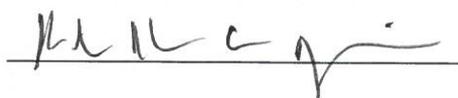
Quantias em Euros

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das Atividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes	1 943 420	1 928 552
Pagamentos a Fornecedores	(784 897)	(1 345 781)
Pagamentos ao Pessoal	(186 536)	(216 493)
Caixa gerada pelas operações	971 987	366 278
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(55 985)	(35 956)
Outros recebimentos / pagamentos	(546 002)	36 041
Fluxo de caixa das Atividades operacionais (1)	370 000	366 364
Fluxo de caixa das Atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	-	(1 750)
	-	(1 750)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	-	5
	-	5
Fluxo de caixa das Atividades de investimento (2)	-	(1 746)
Fluxo de caixa das Atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(81 911)	(37 698)
Juros e gastos similares	(167)	(2 435)
	(82 079)	(40 134)
Fluxo de caixa das Atividades de financiamento (3)	(82 079)	(40 134)
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	287 922	324 485
Caixa e seus equivalentes no início do período	781 918	457 434
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 069 840	781 918

Conselho de Administração



Contabilista Certificado





Águas do Lena, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros

exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Entidade

A Águas do Lena, S.A., Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha, é uma sociedade anónima constituída em dezembro de 1996, tendo como objeto social a exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público do Concelho da Batalha.

A empresa tem a sua sede na Rua Infante Dom Fernando, Lote 10, Batalha, Portugal.

O capital social da Empresa é detido exclusivamente (100%) pela Aquapor – Serviços, S.A., com sede em Lisboa.

Atividade Concessionada

Em 24 de janeiro de 1997 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Câmara Municipal da Batalha e a Águas do Lena, S.A., pelo prazo de 15 anos e mediante uma renda total de 2.294.470 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal) teve início no dia 24 de março de 1997. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas do Lena.

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente.

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa.



A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º e 2º anos: 498.798 Euros; 3º ano e seguintes: 99.760 Euros, sendo atualizada anualmente pela aplicação do IPC.

Em dezembro de 2010 foi estabelecida, entre a Águas do Lena, S.A. e a Câmara Municipal da Batalha, uma Adenda ao Contrato de Concessão, com um consequente acréscimo de 8 anos no Contrato.

No dia 13 de janeiro de 2019 ocorreu a prorrogação do contrato de concessão por mais 6 meses, tendo por termo inicial dia 24 de janeiro de 2020. A expectativa quanto ao futuro da Águas do Lena, está relacionada com a duração do contrato de concessão, sendo que o mesmo, foi objeto de um aditamento por 6 meses com início a 24 de janeiro de 2020 e término a 23 de julho de 2020, com prolongamentos por períodos adicionais de um mês até ao início do novo contrato de concessão a celebrar na sequência do procedimento pré contratual para o efeito, com níveis de desempenho alinhados com as expectativas da Concedente no cumprimento do contrato, dos consumidores na satisfação do serviço prestado e do acionista na remuneração do seu investimento.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2020 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis.

Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros.

E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista depreciar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2020	2019
Edifícios e outras construções	10%	10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% – 33,33%	10% – 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.



Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do Ativo Fixo Tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são depreciados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;

- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão e Outros em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:



	2020	2019
Direitos de Concessão	50,34%	51,66%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	50,34%	51,66%

O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

(b.1) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada

Para os bens (que se materializaram em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.





Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,2% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,2%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 25,2% e os 27,20%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

(d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo





O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.



A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(e.1) Acionistas/Sócios

Os empréstimos a acionistas encontram-se valorizados ao custo menos imparidade determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.2) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.3) Outras Contas a Receber

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.4) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.





(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(h) Rubricas dos Capitais Próprios

(h.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

(i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas às Provisões:

(i.1) Provisões para investimentos de substituição

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa, vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.



(j) Outros Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

(j.1) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

(j.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

(j.3) Outros Créditos a Pagar

Os outros créditos a pagar encontram-se valorizadas ao custo e incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos; e
- Outros credores

(l) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(m) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.



Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

(m.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

(m.2) Prestações de Serviços

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

(n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Dividas a Pagar”.



(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(o) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo.

(p) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.





Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(q) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.1 Juízos de valor

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e

- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.2 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos fatos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos



utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2020	2019
Caixa	182	400
Depósitos à Ordem	1 069 658	781 518
	1 069 840	781 918

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Alcanena</i>	Distribuição de Água	Município de Alcanena
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas do Lena, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Lena presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Lena recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, honorários de administrativos e apoio comercial.
<i>Luságua Alcanena</i>	-	Ocupação de espaço
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	-	Análises de Laboratório e trabalhos de manutenção.



A quantia das transações e os saldos pendentes com as partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Compras de Bens	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
Aquapor Serviços	2020	7 016	144 893	-	-	47 176	-
	2019	11 416	148 507	-	1 827	50 750	500 000
Luságua Serviços Ambientais	2020	-	23 116	-	-	12 538	-
	2019	-	17 820	-	-	3 034	-
Luságua Alcanena	2020	-	18 015	-	-	3 693	-
	2019	-	18 015	-	-	3 693	-

As remunerações da pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2020	2019
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	34 079	21 408
Total de remunerações	34 079	21 408

7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direito de Utilização	Propriedade Industrial	Outros	Total Ativos Intangíveis
Custo:				
1 de Janeiro de 2019	3 517 677	294	67 625	3 585 596
Aumentos	21 983	-	-	18 416
Abates	(1 839)	-	-	(9 308)
31 de Dezembro de 2019	3 537 821	294	67 625	3 605 740
Aumentos	12 072	-	-	12 072
31 de Dezembro de 2020	3 549 894	294	67 625	3 617 813
	Direito de Utilização	Propriedade Industrial	Outros	Total Ativos Intangíveis
Amortizações e Imparidade:				
1 de Janeiro de 2019	3 330 457	294	65 586	3 396 337
Amortizações	98 223	-	1 053	99 277
Abates	(1 688)	-	-	(1 688)
31 de Dezembro de 2019	3 426 992	294	66 639	3 493 926
Amortizações	56 681	-	496	57 177
31 de Dezembro de 2020	3 483 673	294	67 135	3 551 103
Valor líquido contabilístico:				
A 31 de Dezembro de 2020	66 221	-	490	66 710
A 31 de Dezembro de 2019	110 830	-	986	111 814
A 1 de Janeiro de 2019	187 221	-	2 039	189 259

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Câmara Municipal da Batalha'.



8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
Custo:						
1 de janeiro de 2019	34 916	93 296	19 191	93 609	14 194	255 206
Aumentos	-	-	-	1 423	-	1 423
31 de dezembro de 2019	34 916	93 296	19 191	95 032	14 194	256 629
Aumentos		1 738	-	-	-	1 738
31 de dezembro de 2020	34 916	95 034	19 191	95 032	14 194	258 367
Amortizações e Imparidade:						
1 de janeiro de 2019	27 221	85 929	18 450	87 652	11 662	230 911
Amortizações	1 924	3 051	740	2 294	1 025	9 034
31 de dezembro de 2019	29 145	88 980	19 190	89 946	12 687	239 945
Amortizações	1 924	1 667	-	2 235	765	6 590
31 de dezembro de 2020	31 069	90 647	19 190	92 181	13 452	246 535
Valor líquido contabilístico:						
A 31 de Dezembro de 2020	3 847	4 387	1	2 851	742	11 832
A 31 de Dezembro de 2019	5 771	4 316	1	5 086	1 507	16 684
A 1 de Janeiro de 2019	7 695	7 367	741	5 957	2 532	24 295

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2020	2019
Contratos de aluguer de viaturas	346	5 876
	346	5 876

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2020	2019
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	346	5 518
Mais de um ano	-	357
Total dos Pagamentos	346	5 876



9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2020	2019
Matérias primas, Subs. e de Consumo	18 880	20 100
	18 880	20 100

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se no quadro seguinte:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2019	22 294	22 294
Compras	182 163	182 163
Regularização de inventários	(118)	(118)
Existências em 31 de Dezembro de 2019	(20 100)	(20 100)
	184 239	184 239
Existências em 1 de Janeiro de 2020	20 100	20 100
Compras	184 234	184 234
Regularização de inventários	(119)	(119)
Existências em 31 de Dezembro de 2020	(18 880)	(18 880)
	185 334	185 334

10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2020	2019
Vendas		
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	823 277	793 193
Quota Serviço Água	358 969	353 181
	1 182 245	1 146 374
Prestações de Serviços		
Serviços		
Abertura Água	12 675	14 314
Abertura Ramais Água	16 743	21 314
Outros	35 061	37 503
	64 479	73 131
	1 246 724	1 219 505

A rubrica 'Outros' de Prestações de Serviços engloba Reparações Domiciliárias, Conservação de Contadores / Ramais de Água, Diversos e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.



11. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O movimento ocorrido nas provisões, por cada natureza de provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2019	131 587	131 587
Aumentos do ano	(6 032)	(6 032)
Ajustamento temporal	(2 869)	(2 869)
A 31 de Dezembro de 2019	122 686	122 686
A 1 de Janeiro de 2020	122 686	122 686
Aumentos do ano	333	333
A 31 de Dezembro de 2020	123 019	123 019

12. Imposto sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2020	2019
Imposto Corrente		
IRC do ano	76 192	55 986
	76 192	55 986
Imposto Diferido		
Originados e objeto de reversão por diferenças temporárias	(75)	1 357
	(75)	1 357
	76 117	57 344

Foram reconhecidos no ano ajustamentos de provisões para além dos limites legais sendo que a taxa de média efetiva de IRC é de 20%.





A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes de impostos	340 575	256 011		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,2%	22,2%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	75 608	56 834	22,20%	22,20%
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	-	8 901		
		8 901	(4%)	(5%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Provisões para além limites legais	323	1 053		
Créditos incobráveis não aceites como gastos	-	1 455		
	323	2 509	(4%)	(5%)
Lucro tributável	340 898	249 619		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	71 589	52 420	21%	20%
Tributação autónoma	513	571	0%	0%
Derrama	4 091	2 995	1%	1%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(75)	1 357	(0%)	1%
	4 529	4 924	1%	2%
Imposto sobre o rendimento	76 117	57 344	22%	22%

13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos	2020	2019
Não corrente		
Outros Créditos a Receber		
Acionistas - Contrato mútuo	-	500 000
	-	500 000
Corrente		
Clientes	267 098	238 027
Imparidade	(55 276)	(54 565)
	211 823	183 462
Outros Créditos a Receber	57 728	64 766
	269 551	(251 772)



Instrumentos Financeiros Passivos	2020	2019
Não corrente		
Financiamentos Obtidos	-	44 213
	-	44 213
Corrente		
Fornecedores		
Gerais	73 839	51 803
Partes Relacionadas	52 336	57 477
Faturas em receção e conferência	12 260	14 673
	138 435	123 953
Financiamentos obtidos		
Descobertos bancários	-	37 698
Outras Dívidas a Pagar	226 113	224 987
	364 548	386 639

Instrumentos de Capital	2020	2019
Capital	625 000	625 000
Outros instrumentos de capital	2 125 918	2 568 918
	2 750 918	3 193 918

O contrato mútuo médio/longo prazo ao acionista teve como data de vencimento no ano 2020.

13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2020	267 098	184 603	41 737	-	-	-	40 758
Ano 2019	238 027	149 124	34 839	3 325	-	515	50 224

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2020					
Clientes	54 565	711	-	-	55 276
	54 565	711	-	-	55 276
Exercício de 2019					
Clientes	54 015	550	-	-	54 565
	54 015	550	-	-	54 565



13.2 Outros créditos a receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Outros Créditos a Receber		
Acionistas	-	500 000
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	47 272	53 309
Outros	3 250	4 250
Outros devedores		
Câmara Municipal da Batalha - renda de concessão	1 108	3
Outros	6 098	7 203
	57 728	564 766

13.3 Outras dívidas a pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Outras Dívidas a Pagar - corrente		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	26 229	25 310
Electricidade	6 985	8 080
Compra de Água	2 721	2 721
Diversos	17 014	16 963
Outros credores		
CM Batalha tarifas de saneamento	110 891	111 047
CM Batalha resíduos	59 697	54 760
CM Batalha - renda Concessão	1 108	1 108
Outros	1 468	4 998
	226 113	224 987

13.4 Capital

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2020	2019
Capital social nominal emitido		
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços S.A.	625 000	625 000
	625 000	625 000

O capital social emitido é composto por 125.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.



13.5 Outros Instrumentos de Capital Próprio

Os Outros Instrumentos de Capital Próprio respeitam a prestações suplementares, como se segue:

	2020	2019
Outros instrumentos de capital próprio		
Prestações Suplementares	2 125 918	2 568 918
	2 125 918	2 568 918

13.6 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2018:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
98/189/50466	BPI	2.500	Cartões Galp frota	Petrogal	Cartões
9140.001409.882.0019	CGD	428.966	CMB	Câmara Municipal da Batalha	Concessão

13.7 Financiamentos

Os financiamentos não correntes e correntes discriminam-se como se segue:

	2020	2019
Não correntes		
Empréstimos bancários		
Santander	-	44 213
	-	44 213
Correntes		
Empréstimos bancários		
Santander	-	37 698
	-	37 698



13.8 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado

- ▶ Risco de taxa de juro
- ▶ Risco de taxa de câmbio

- ▶ Outros riscos de preço
 - Risco de crédito
 - Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro é diminuta, uma vez que não tem contratados empréstimos bancários. A Empresa utiliza apenas um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.

No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.





Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2020	2019
Remunerações do Pessoal	173 699	166 077
Indemnizações	-	13 078
Encargos sobre Remunerações	36 789	37 264
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2 444	2 957
Gastos de ação social	7 123	6 933
Outros gastos com o Pessoal	2 898	4 994
	222 953	231 302

Durante o ano de 2020 o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 12 (2019: 12 pessoas).

15. Outras Informações

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Saldo a Receber		
Retenções Imposto sobre Rendimento	49	2
IVA	39 874	20 424
	39 922	20 426
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	76 192	55 986
Retenções Imposto sobre Rendimento	-	58
Contribuição para a Segurança Social	4 184	3 673
Outras Tributaçãoes	7 240	5 577
	87 615	65 293



15.2 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	28 574	(2 335 907)	22 835	(2 284 498)
Constituição da Reserva legal	1 142	-	-	1 142
Remanescente da aplicação de Resultados	1 142	21 694	(22 835)	-
Resultado do ano	-	-	198 667	198 667
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	29 716	(2 314 213)	198 667	(2 085 830)
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	29 716	(2 314 213)	198 667	(2 085 830)
Aplicação de resultados	-	188 734	(198 667)	(9 933)
Remanescente da aplicação de Resultados	9 933	-	-	9 933
Resultado do ano	-	-	264 458	264 458
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	39 649	(2 125 479)	264 458	(1 821 372)

15.3 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Subcontratos	9 687	7 901
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	155 960	183 686
Publicidade e propaganda	-	1 780
Vigilância e segurança	815	739
Honorários	3 000	2 990
Comissões	-	42
Conservação e reparação	40 362	36 095
Serviços bancários	6 776	-
Outros	334	337
Material		
Material de escritório	1 090	987
Artigos para oferta	-	160
Energia e fluídos		
Electricidade	87 417	103 103
Combustíveis	8 578	12 038
Água	-	(9 048)
Outros Fluidos	11 847	10 384
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	76	342
Transportes de Mercadorias	12	-
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	37 872	40 190
Comunicação	33 928	33 077
Seguros	10 262	10 037
Contencioso e notariado	105	288
Despesas de representação	-	53
Limpeza, higiene e conforto	4 471	2 610
Outros	20 935	12 919
	433 557	450 708



15.4 Outros Rendimentos

A rubrica. Outros Rendimentos decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Rendimentos Suplementares		
TRH	8 887	7 716
Outros	274	345
Outros não especificados	1 028	68
	10 189	8 129

15.5 Outros Gastos

A rubrica. Outros Gastos decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Impostos	12 457	14 161
Dívidas incobráveis	810	1 455
Perdas em Inventários	136	119
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Abates	-	150
Outros		
Outros Não Especificados	-	81
	13 402	15 967

15.6 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	6 590	9 034
Ativos Intangíveis	57 177	99 277
	63 767	108 310

15.7 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Juros Obtidos		
De Depósitos	-	6
De Financiamentos concedidos	7 016	11 166
Atraso de pagamento de clientes	524	432
Outros Rendimentos Similares	-	4 076
	7 540	15 681



15.8 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	161	2 342
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	8 531	2 040
Comissões Garantias	-	5 455
	8 692	9 837

15.9 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	4 869	7 578
	4 869	7 578

16. Aspetos Ambientais

Em 2020 a empresa não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2020 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. Acontecimentos após a data do Balanço

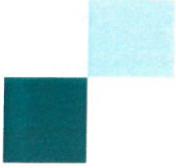
A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 6 de abril 2021.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração.

O surto pandémico do novo Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19), veio alterar a vida a milhões de pessoas, e impactar o mercado global. Embora a Sociedade tenha sentido os efeitos desta pandemia, estes não tiveram impactos materiais.

No dia 15 de janeiro de 2021, o Governo Português declarou um novo estado de emergência, obrigando a um novo confinamento devido à continuação da disseminação do coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19).

A Administração considera que esta situação não produzirá efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade durante o exercício económico de 2021.

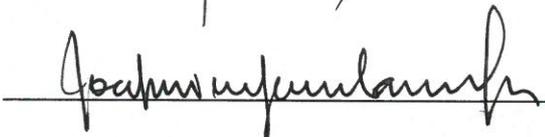


18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

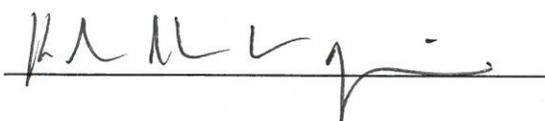
Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2019, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2020, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2021, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Contabilista Certificado



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião adversa

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Lena - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.504.727 euros e um total de capital próprio de 929.545 euros, incluindo um resultado líquido de 264.458 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, devido à relevância da matéria referida na secção "Bases para a opinião adversa", as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas do Lena - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião adversa

A entidade preparou as suas demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. Contudo, conforme referido no Relatório de Gestão e na nota 1 do Anexo às demonstrações financeiras, o contrato de concessão da Entidade terminou em julho de 2020, com possíveis prolongamentos por períodos adicionais de um mês, até à celebração de um novo contrato de concessão, se tal assim for indicado pela entidade concedente. Até ao momento, a entidade continua em funcionamento sem interrupções na sua atividade, no entanto, neste contexto de incerteza, consideramos que não é apropriado a preparação das demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião adversa.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais, exceto quanto ao facto do referido na nota 7 - Perspetivas para o futuro, que refere o término do contrato de concessão, ser inconsistente com a preparação das demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade.

Lisboa, 10 de maio de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Lena - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas com uma reserva que conduz a uma opinião adversa.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Águas do Lena - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha S.A. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2020 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2020 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto ao facto do referido na nota 7 - Perspetivas para o futuro, que refere o término do contrato de concessão, ser inconsistente com a preparação das demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade; e
- (c) Devido à relevância da reserva que conduz a uma opinião adversa, consideramos que as demonstrações financeiras não satisfazem os requisitos contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 10 de maio de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944

